

A ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA UMA ABORDAGEM INICIAL

Paul Singer

1. POBREZA E MISÉRIA

A diferença entre pobreza e miséria parece à primeira vista de grau. Pobreza pode ser conceituada como falta de recursos monetários para a aquisição de bens e serviços essenciais a uma vida "normal". Miséria seria uma pobreza tão extrema que suas vítimas não dispõem de dinheiro sequer para adquirir uma quantidade mínima alimentos e outras coisas essenciais à mera sobrevivência. Esta diferença, que aparenta ser quantitativa, olhada mais de perto se revela de qualidade.

A pobreza é uma situação em que a vida está fragilizada, porque os pobres, tendo tão pouco, vivem da mão para a boca, mas a maior parte das vezes a mão tem algum alimento para por na boca. Porém, havendo algum contratempo – a doença de alguém na família, algum acidente - um alagamento causado pelas chuvas de verão, um princípio de incêndio, uma greve no transporte coletivo - e o pouco dinheiro guardado tem de ser gasto, lançando a família da pobreza na miséria.

Durante algum tempo a família procura por todos meios a seu alcance voltar à pobreza, contando com a ajuda de parentes, de alguma ex-patroa, de um cabo eleitoral com algum acesso ao poder público. Tendo sido apenas pobre por longo tempo, seus amigos e parentes continuam nesta situação e por isso a probabilidade de ser ajudada existe. A maioria dos pobres deve provavelmente sofrer ocasionalmente quedas na miséria, mas apenas alguns não conseguem voltar à situação anterior.

A miséria se caracteriza pelo desamparo. É bem possível que grande parte dos miseráveis tenha sido pobre e por causa de contratemplos mais graves não puderam mais se reerguer. Tiveram de deixar a moradia, passando a vagar pelas ruas ou se fixando em lugares como lixões e outros depósitos de miseráveis. A localização no espaço separa pobres de miseráveis e portanto quebra os laços de solidariedade que os uniam quando os ex-pobres ainda não eram miseráveis.

A diferença principal que separa pobres de miseráveis, do ponto de vista do combate à pobreza pelo poder público, é que a transferência de dinheiro efetivamente serve para aliviar a pobreza e inclusive para dar oportunidades de ascensão social aos beneficiados. Um aumento da Bolsa Família ou do Salário Mínimo beneficia os que têm emprego formal ou no mínimo os que têm endereço para serem cadastrados e acompanhados, podendo receber a Bolsa Família. Os miseráveis em geral não têm moradia fixa e por isso estão fora do alcance dos programas de assistência que presumem a existência de endereço, essencial para que possa haver contato regular com o beneficiário, indispensável para a boa condução do programa e avaliação de seus resultados.

2. A VIDA SOCIAL DOS POBRES

É concebível que a luta contra a pobreza seja travada diuturnamente pelos próprios pobres. Eles vivem em comunidades e em sua grande maioria integram redes de ajuda mútua, que os sustentam acima da miséria. Uma maneira de lutar contra a pobreza é fazer com que os filhos estudem atingindo graus cada vez mais elevados de escolaridade. Há testemunhos de que principalmente as mulheres – mães e filhas – fazem reais sacrifícios para que a nova geração alcance escolaridade muito maior do que os seus pais puderam usufruir. A divisão de trabalho entre os gêneros pressupõe que os filhos casem cedo e trabalhem para sustentar a prole. As estatísticas apontam crescente superioridade feminina em escolaridade e possivelmente isso de alguma maneira também deve ser dar nas camadas pobres.

Uma outra maneira de lutar contra a pobreza é aproveitar as oportunidades que a economia solidária oferece: formação de grupos de produção, de fundos comunitários solidários que financiam iniciativas econômicas de pobres com as poupanças de outros pobres. A luta por terra por meio da reforma agrária mobiliza centenas de milhares de pobres e até um número menor de miseráveis, como demonstra uma quantidade expressiva de trabalhos sobre as ações do MST. São os pobres que se deixam mobilizar por movimentos sociais que lutam contra a pobreza reivindicando luz, água e esgoto, condução pública, asfaltamento de ruas e construção de casas de interesse social, creches, escolas, postos de saúde etc.. E se considerarmos que os trabalhadores que ganham apenas o salário mínimo ou pouco mais são todos pobres, não há dúvida que muitos se filiam a sindicatos e participam das lutas salariais de suas categorias.

3. A VIDA SOCIAL DOS QUE VIVEM NA MISÉRIA

Pelo que se conhece das condições de vida dos miseráveis elas simplesmente não permitem que eles possam se arregimentar para ensaiar alguma forma de luta contra a miséria. Não obstante, as vítimas da miséria também vivem em comunidades em que a prática da ajuda mútua deve ser intensa. Mas, a sua exclusão é qualitativamente diferente da exclusão dos pobres.

Os pobres estão excluídos do gozo dos direitos sociais que a Constituição e as leis garantem aos cidadãos. A maioria deles trabalha para empresas, grande parte das mulheres e uma parte menor dos homens trabalham para famílias, mas o salário que ganham é o mínimo ou está entre menos de um a no máximo três mínimos e o salário mínimo está longe de atender as necessidades mínimas duma família, como a Constituição diz que deveria atender. Do mesmo modo, os pobres não gozam dos direitos à educação e à saúde etc. e nisto consiste sua exclusão. Eles estão de fato excluídos, mas havendo democracia, esta lhes dá possibilidades sociais e políticas de lutar contra sua exclusão com o resultado hoje visível de que os pobres estão agora menos excluídos do que estavam, quando suas lutas eram inteiramente reprimidas.

Não conhecemos suficientemente a vida social dos miseráveis para poder descrevê-la, mas sua ausência das lutas dos movimentos sociais é conspícua. Pode-se conjecturar que o bem estar das classes abastadas depende dos serviços prestados por pobres, mas não por miseráveis. Esta dependência daria aos pobres condições para lutar pelos direitos que na prática ainda lhes são negados. Como os miseráveis vivem à parte de todo resto da sociedade, o máximo que parecem exigir é que os deixem em paz. A mera presença dos

miseráveis nas praças e jardins públicos já perturba o respeitável público a ponto de serem escorraçados pelos guardiões da ordem, A mera presença da miséria desperta nos demais sentimentos de repulsa, temor ou quem sabe culpa a ponto de se poder talvez contar com o seu apoio ativo para uma campanha de erradicação da miséria.

Mas, se entendemos por erradicação da miséria a inclusão social, econômica e cultural dos que nela vivem, ou seja, sua emancipação, é inevitável concluir que a erradicação terá de contar com a participação ativa dos que devem ser incluídos. Uma parte essencial do processo de erradicação terá de consistir na mudança das condições de vida dos miseráveis, sem destruir a vida social engendrada pelas tragédias que marcam a trajetória vital destes seres humanos. A experiência da economia solidária brasileira com as cooperativas sociais formadas por egressos de manicômios mostra que esta transformação emancipadora de miseráveis é possível graças à atuação conjunta dos próprios loucos, de seus familiares e dos psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras, médicos etc. que trabalham nos CAPS Centros de Atenção Psico Social do Ministério da Saúde..

A erradicação da miséria exigirá a participação ativa dos agentes do poder público, que já lidam hoje com a miséria, mas também dos movimentos sociais que combatem a pobreza e sobretudo das numerosas ONGs que se dedicam a amparar crianças abandonadas, jovens em conflito com a lei, dependentes químicos, moradores de rua, internados em manicômios, em prisões etc., etc.. Amparar os miseráveis não erradica sua miséria, mas abrandando sua exclusão e os torna acessíveis a propostas que os levem de volta à sociedade.